

JACQUELYN DAVIS

A OPINIÃO PÚBLICA NORTE-AMERICANA E A POLÍTICA EXTERNA

As sociedades pluralistas atribuem por princípio à opinião pública um importante papel na definição da política externa. Nas sociedades pluralistas altamente avançadas do século XX, o impacto da opinião pública surge como penetrante, acentuado pela revolução tecnológica nos mass media e pelo desenvolvimento de redes complicadas nas comunicações. Acontecimentos em áreas do mundo anteriormente consideradas remotas podem agora ser transmitidos ao vivo, e em directo, para as nossas salas-de-estar, contribuindo para uma maior consciência do público perante as principais questões da política internacional. Simultaneamente, com a extensão sem precedentes com que os problemas económicos internos e externos se ligaram na arena internacional, a apreciação pública dos efeitos potenciais das questões políticas estrangeiras nos interesses económicos nacionais encorajou um aumento no interesse popular pelo debate da política externa.

Antes de avaliar o impacto da opinião pública norte-americana sobre a política externa dos EUA nos anos '80, será interessante considerar a opinião pública no seu contexto histórico americano. Alexis de Tocqueville e James Bryce, dois observadores europeus dos Estados Unidos no século XIX, descreveram os vários elementos da sociedade americana que consideram constituírem a essência da opinião pública. Tocqueville realçou que o comportamento social e político do povo americano era caracterizado pela importância do facto de se pertencer a um amplo número de associações privadas. «Logo que alguns cidadãos dos Estados Unidos assumem uma opinião ou um sentimento que gostariam de ver realizado no mundo, procuram a assistência mútua; logo que se encontram, associam-se. A partir desse momento, deixam de ser homens isolados mas um poder visto de longe cujas acções servem de exemplo e cuja linguagem é ouvida»¹. Escrevendo acerca do sistema político americano,

¹ Alexis de Tocqueville, *Democracy in America*. (Editado e resumido especialmente para o leitor moderno por Richard D. Heffner), p. 201.

James Bryce definiu a opinião pública como «assinalando os pontos de vista defendidos pelos homens em relação a assuntos que afectam ou interessam a comunidade»². A opinião pública deve, pois, ser vista como «um amontoado de toda a espécie de noções, crenças, fantasias, preconceitos e aspirações divergentes»³. Sintetizando estas perspectivas, a opinião pública americana no final do século XX pode ser definida como provindo em parte de um vasto número de grupos diversos abrangendo um espectro de pensamento. Apesar de o exame detalhado desses grupos ultrapassar o objectivo desta comunicação, deve notar-se que eles se organizam em torno de crenças religiosas, status económico, nível educacional, filiação política, características étnicas e geográficas. Para alguns analistas, a amálgama da política externa americana tem sido condicionada pela extensão até onde o partido do governo consegue conduzir a política com base numa coligação englobando uma série desses grupos.

Os fundadores dos Estados Unidos desejavam estabelecer um sistema político no qual as vicissitudes da opinião pública fossem temperadas pela necessidade de coerência na política pública. Pelo facto de terem conseguido utilizar com uma habilidade admirável a balança do sistema de poder europeu, nos primórdios da fundação da república americana, tanto ao alcançarem e manterem a independência alinhando primeiro com a França contra a Grã-Bretanha e evitando depois «alianças emaranhadas» com potências europeias, eles viram a necessidade de basear a política externa, antes de mais, numa concepção de interesse nacional. Considerava-se que a política externa transcendia as flutuações da opinião pública embora nunca pudesse ser separada de considerações internas. Contudo, enquanto homens do Iluminismo do século XVIII, defendiam fortemente a ideia de que os Estados Unidos deveriam prover-se de um governo baseado no consentimento dos governados, o que só poderia ser realizado através do desenvolvimento de uma opinião pública esclarecida, tema este que regressaria e seria ampliado na abordagem americana à política externa do século XX.

A noção de opinião pública e a sua enorme importância na formulação da política externa constituíram um princípio fundamental do idealismo wilsoniano tal como surgiu no rescaldo da Primeira Guerra Mundial. A realização da harmonia de interesse na paz baseada na criação de democracias representativas em vez de regimes autoritários representava um aspecto nuclear do conceito wilsoniano. É esse o significado do conceito de Woodrow Wilson de «tornar o mundo seguro para a democracia». Deste ponto de vista,

² James Bryce, *The American Commonwealth* (New York, The Macmillan Company, ed. de 1916, Vol. II, pp. 251-66. New American Library — A Mentor Book — 1956).

³ *Ibid.*

os governos representativos, baseados na autodeterminação nacional, fornecem uma parte indispensável da estrutura global em que a segurança da nação e a harmonia global podem ser levadas a cabo. O interesse individual pela paz poderia manifestar-se numa harmonia de interesses nacional e internacional. Deste modo, na perspectiva da política externa americana, tem prevalecido a crença na importância da opinião pública, a qual tem dado forma à política externa de diferentes maneiras e em várias fases da experiência norte-americana.

Após a Segunda Guerra Mundial, emergiu gradualmente nos Estados Unidos um consenso bipartidário sobre a natureza e extensão do papel dos EUA no mundo. O empenhamento da Doutrina Truman em sustentar o expansionismo comunista e o desenvolvimento de uma rede global de relações de aliança nos EUA atraiu um amplo apoio popular até à década de '60. Nos últimos anos da década, no entanto, a Guerra do Vietnam fez diminuir esse consenso. Embora as sondagens à opinião pública mostrassem que a maioria do povo americano continuava a apoiar o contexto da política externa dos EUA nos anos '60, a popularização pelos mass media de uma minoria eloquente que se opunha ao envolvimento dos EUA no Vietnam contribuiu para dar a impressão de que o povo americano desejava a retirada das forças norte-americanas do Sudeste Asiático. A Guerra do Vietnam foi o primeiro conflito em que as cenas de batalha puderam ser vistas na televisão americana muitas vezes poucas horas depois de ocorrerem. Ainda não compreendemos completamente o impacto desta transformação na propagação das notícias pelos media electrónicos sobre a formação das atitudes do público. O que é certo, no entanto, é que as sociedades tecnologicamente avançadas são permeáveis e podem ser repassadas a uma escala sem precedentes por influências externas sobre a opinião pública que ultrapassam largamente as autoridades legalmente constituídas. À medida que se intensificava a cobertura da guerra pelos media nos anos '60, a oposição ao envolvimento americano crescia.

Esta característica das sociedades abertas não tem contrapartida na sociedade fechada da União Soviética. Os media soviéticos não tiveram o privilégio que os seus parceiros americanos e ocidentais gozaram no Vietnam — os repórteres soviéticos não percorrem os campos de batalha do Afeganistão à procura de notícias de caixa alta. Qualquer tentativa para fazer tais distinções neles próprios é absurda devido à estrutura monolítica dos serviços de recolha de informações da União Soviética, tal como o é o próprio sistema político quando comparado com as sociedades pluralistas do Ocidente. O paradoxo está em que as sociedades pluralistas, quer na Europa Ocidental, quer nos Estados Unidos, continuam a enfrentar o assalto dos profissionais da desinformação e da política de guerra soviéticas a que são vulneráveis por serem sociedades abertas.

No entanto, apesar deste fenómeno, há mais de 30 anos que a política externa dos EUA dá provas de continuar baseada num consenso bipartidário a favor da manutenção da rede de alianças e de compromissos globais forjados nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial. Da mesma maneira, a opinião pública americana apoia o esforço de defesa destinado a aumentar as nossas capacidades na perigosa década de '80. Esse apoio cresceu nos últimos anos em resultado do contínuo reforço militar da União Soviética e da invasão do Afeganistão. A maioria dos americanos sentiu que os Estados Unidos estava a pedir muito pouco e a ceder demasiado nas suas relações com a União Soviética. A mudança no sentimento público na década de '70 — de uma posição de desespero e frustração a respeito do futuro económico e dos programas de política externa dos Estados Unidos para uma posição de optimismo e «um anseio para tornar de novo o país produtivo e poderoso» — coincidiu com os pontos de vista abraçados pela campanha de Reagan, o que ajuda a compreender em grande medida o resultado das eleições de 1980⁴.

Enquanto a opinião pública nos Estados Unidos apoia na generalidade uma política externa que vise manter e fortalecer os compromissos de aliança dos EUA e deter o expansionismo soviético, há, no entanto, o perigo de este consenso se desagregar. Numa sociedade pluralista susceptível de ser influenciada por acontecimentos além-fronteiras, não é inevitável que o actual consenso em política externa possa ser mantido na ausência de um conceito adequado de partilha do fardo com os aliados, baseado numa mesma concepção do perigo comum. Poderá ele, por exemplo, resistir à ascensão na Europa Ocidental de um sentimento antiamericano, à emergência de um fervor nacionalista da esquerda, abraçado pelos elementos da oposição à modernização das TNF na República Federal da Alemanha? Quanto aos políticos americanos, a questão hoje põe-se em se o consenso bipartidário sobre política externa que existe nos Estados Unidos é suficientemente forte para manter o interesse americano na segurança europeia ou se, alternativamente, a opinião pública nos Estados Unidos começará a mostrar, como o fez periodicamente na história dos Estados Unidos, uma tendência em direcção ao que o historiador americano Frank Klingberg chamou «introvertismo» e peça uma redução, se não retirada, das forças americanas de além-mar⁵. Na melhor das hipóteses, isso manifestar-se-ia na oposição aos orçamentos específicos de defesa destinados ao teatro europeu. Na pior das hipóteses, redundaria num

⁴ Norman Podhoretz, «The New American Majority», *Commentary*, January 1981, p. 25.

⁵ Frank L. Klingberg, «The Historical Alternation of Moods in American Foreign Policy», *World Politics*, January 1952, pp. 271-272.

desejo público generalizado de deixar a segurança da Europa Ocidental aos europeus. Nenhum dos extremos será inevitável se em ambos os lados do Atlântico se fizer um esforço conjunto para alargar a nossa compreensão da ameaça que a Aliança Atlântica enfrenta, fundada como foi para a defesa dos valores comumente partilhados pelo Ocidente. Entre esses valores conta-se o pluralismo político que continua a ser ameaçado, não menos nos anos '80 do que nos anos de formação da NATO, pelas forças representadas pela sociedade fechada. Não deve estar para lá da nossa capacidade o exercício colectivo, a imaginação e a direcção necessárias para manter e fortalecer essas forças no apoio à sociedade aberta.